



PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2017



ÍNDICE

I. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 26/04/2017	3
II. PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO 2017	4
III. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009)	5
IV. COMENTÁRIO DOS DIRETORES NOS TERMOS DO ÍTEM 10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/2009	12
V. DADOS DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, INDICADOS À ELEIÇÃO, CONFORME OS ITENS 12.5 A 12.10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/2009	29
VI. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, CONFORME ARTIGO 13 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009	40



EMAE – EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA
S.A.
COMPANHIA ABERTA
C.N.P.J N° 02.302.101/0001-42
N.I.R.E. 35.3.001.532.4-3

**EMAE – EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A.
COMPANHIA ABERTA
C.N.P.J N° 02.302.101/0001-42
N.I.R.E. 35.3.001.532.4-3**

A Administração da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (“Companhia” e/ou “EMAE”) apresenta aos Srs. Acionistas a presente proposta contendo as informações exigidas pela Instrução n° 481 da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), de 17 de dezembro de 2009 e alterações posteriores, relacionadas à Assembleia Geral Ordinária da Companhia (“AGO”) a se realizar no dia 26 de abril de 2017, às 10hs, na sua sede, localizada na Av. Nossa Senhora do Sabará, 5312, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Conforme previsto no Edital de Convocação para a AGO, serão deliberadas as seguintes matérias na AGO: I. Relatório Anual da Administração e Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício de 2016, acompanhados dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal; II. Proposta de Orçamento de Capital para o exercício 2017; III. Destinação de resultados e distribuição de dividendos aos acionistas; IV. Eleição dos membros do Conselho de Administração; V. Eleição de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; e VI. Fixação da remuneração dos Administradores e membros do Conselho Fiscal.

Apresentaremos a seguir a proposta da administração da Companhia com relação a cada um dos itens da ordem do dia da AGO.

I. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 26/04/2017

O Conselho de Administração da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. submete à apreciação da Assembleia Geral, na forma estatutária e nos termos do artigo 131, da Lei 6.404/76, as seguintes propostas para exame e deliberação:

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

1. Relatório Anual da Administração e Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício de 2016, acompanhados dos Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal;
2. Proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2017;
3. Proposta de destinação de resultados e distribuição de dividendos aos acionistas;
4. Eleição dos membros do Conselho de Administração;
5. Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; e
6. Fixação da remuneração dos Administradores e membros do Conselho Fiscal.

Os documentos pertinentes às matérias que serão apreciadas na Assembleia Geral Ordinária estão à disposição dos senhores acionistas na sede da Empresa e, na página da área de relações com investidores da Empresa na rede mundial de computadores (www.emae.com.br/ri) e nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&F BOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br), na forma definida pela Instrução CVM nº 481/2009.

A comprovação da condição de acionista poderá ocorrer a qualquer momento até a abertura dos trabalhos da assembleia geral, mediante a apresentação de documento de identidade, do comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais informando o respectivo número e, no caso de constituição de procurador, do competente instrumento de mandato com firma reconhecida e outorgado há menos de um ano.

São Paulo, 22 de março de 2017

JOÃO CARLOS DE SOUZA MEIRELLES

Presidente do Conselho de Administração

II. PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO 2017

O Conselho de Administração da EMAE, em atendimento ao disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, combinado com o disposto no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09 e demais regras aplicáveis, submete à apreciação de Vossas Senhorias a proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2017 (“Orçamento de Capital”) descrita abaixo:

A Administração da Companhia, tendo em vista a necessidade de investimento nos ativos da EMAE com o objetivo de manter a confiabilidade e disponibilidade dos ativos e visando compatibilizar as necessidades de investimentos e gastos operacionais, com sua estratégia financeira e de manutenção do caixa em um adequado nível de segurança, sem prejudicar os interesses dos acionistas, propõe a aprovação do Orçamento de Capital para o exercício 2017 no montante de R\$ 24.960.000,00 (vinte e quatro milhões de reais), tendo as seguintes fontes: R\$ 15.021.851,92 (quinze milhões e vinte e um mil, oitocentos e cinquenta e um reais e noventa e dois centavos) provenientes da Reserva de Retenção de lucros e R\$ 9.938.148,08 (nove milhões, novecentos e trinta e oito mil, cento e quarenta e oito reais e oito centavos) provenientes de recursos próprios e/ou de terceiros, conforme tabela de usos e fontes de financiamento abaixo.

USO DOS RECURSOS (valores expressos em milhares de reais)

Investimentos	
Complexo Usina Henry Borden.....	14.319
Usina Edgard de Souza	4.960
Usina Termoeétrica Piratininga	2.230
Infraestrutura	2.060
PCH's – Porto Góes e Rasgão	1.391
TOTAL	24.960

FONTE DOS RECURSOS (valores expressos em milhares de reais)

Reserva de Retenção de Lucros.....	15.021
Recursos próprios e/ou de terceiros.....	9.939
TOTAL	24.960

A Administração da EMAE esclarece que o prazo de duração do Orçamento de Capital, caso seja aprovado, será até a Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2017.

III. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM nº 481/2009)

1. Lucro líquido do exercício.

A Companhia encerrou o exercício de 2016 com lucro líquido de R\$ 54.979.566,13. Do lucro líquido foi destinado R\$ 2.748.978,31 para a reserva legal, R\$ 24.151.088,95 para a reserva de lucros a realizar, R\$ 15.021.851,92 para a reserva de retenção de lucros e R\$ 13.057.646,96 destinados para pagamento do dividendo mínimo, os quais acrescidos da parcela realizada da reserva de lucros a realizar constituída em períodos anteriores, no montante de R\$ 2.865.300,72, resultam na proposta de distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 15.922.947,68.

2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.

Conforme descrito no item 1 acima, foi proposta a destinação de dividendos aos acionistas de R\$ 15.922.947,68, correspondentes ao dividendo mínimo, no valor de R\$ 13.057.646,96, acrescidos da parcela realizada de lucros a realizar constituída em anos anteriores no valor de R\$ 2.865.300,72..

Proposta para distribuição de dividendos	R\$ 15.922.947,68
--	-------------------

Dividendos por ação:

Ordinárias	R\$ 0,406495
Preferenciais	R\$ 0,447145

Dividendos por classe de ação:

Ordinárias	R\$ 5.977.669,97
Preferenciais	R\$ 9.945.277,71

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

A proposta de distribuição de dividendos corresponde a 28,96% do lucro líquido do exercício.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Exercício findo em 31/12/16 **R\$ 2.865.300,72**

Reserva de lucros a realizar de períodos anteriores, realizada em 2016.

Valor por ação:

Ordinárias	R\$ 0,073148
------------	--------------

Preferenciais	R\$ 0,080463
---------------	--------------

Exercício findo em 31/12/15

Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de anos anteriores

Exercício findo em 31/12/14

Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de anos anteriores

5. Valores, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. Valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:

O valor bruto dos dividendos propostos sobre o lucro do exercício findo em 31/12/16 é R\$ 15.922.947,68, sendo:

Dividendos por ação:

Ordinárias	R\$ 0,406495
------------	--------------

Preferenciais	R\$ 0,447145
---------------	--------------

Dividendos por classe de ação:

Ordinárias	R\$ 5.977.669,97
------------	------------------

Preferenciais	R\$ 9.945.277,71
---------------	------------------

b. Forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:

Prazo para pagamento dos dividendos: 30/11/2017.

Os dividendos devem ser pagos em uma única parcela.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos

e juros sobre capital próprio

Os dividendos propostos não terão incidência de atualização e juros até a data prevista para seu pagamento.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data da declaração será a data da AGO, 26 de abril de 2017.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não houve pagamento de dividendos intermediários.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não houve pagamento de dividendos intermediários.

7. Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Lucro ou (prejuízo) R\$ mil	Lucro ou (prejuízo) por ação em R\$	
		ON	PN
2016	54.980	1,40	1,54
2015	59.790	1,53	1,68
2014	(27.163)	(0,69)	(0,76)
2013	42.011	1,07	1,18

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercício	Provento	Deliberação	Data de Pagamento	Espécie das Ações	Montante do Provento Aprovado (R\$)	Valor do provento aprovado por ação
2016	Dividendo	AGO 26/04/2017	30/11/2017	Ordinária	5.977.669,97	0,40650
	Dividendo	AGO 26/04/2017	30/11/2017	Preferencial	9.945.277,71	0,44715
	TOTAL				15.922.947,68	
2015	Dividendo	AGO 26/04/2016	29/11/2016	Ordinária	1.362.427,56	0,09265
	Dividendo	AGO 26/04/2016	29/11/2016	Preferencial	2.266.722,73	0,10191
	TOTAL				3.629.150,29	
2014	Não houve dividendo nem juro sobre capital próprio					
2013	Dividendo	AGO 25/04/2014	23/06/2014	Ordinária	2.136.967,92	0,14532
	Dividendo	AGO 25/04/2014	23/06/2014	Preferencial	3.555.355,11	0,15985
	TOTAL				5.692.323,03	

Obs.: 2016 – Valores sujeitos a aprovação na AGO convocada para 26/04/2017.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal.

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

Foi destinado à reserva legal o montante de R\$ 2.748.978,31, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Calculada em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável. A Companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a

serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

As ações ordinárias terão direito ao dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei.

As ações preferenciais terão direito a dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não aplicável

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável

d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Foi destinado o montante de R\$ 24.151.088,95 para a Reserva de Lucros a Realizar

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Resultado de Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 6.961.854,00 e Receita reconhecida no exercício 2016 que será realizada após o término do exercício seguinte no valor de R\$ 17.189.234,95.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não há reserva estatutária

b. Identificar o montante destinado à reserva

Não há reserva estatutária.

c. Descrever como o montante foi calculado

Não há reserva estatutária

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Foi destinado o montante de R\$ 15.021.851,92 para a reserva de retenção de lucros.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Visando compatibilizar as necessidades de investimentos e gastos operacionais, com sua estratégia financeira e de manutenção do caixa em um adequado nível de segurança, sem prejudicar os interesses dos acionistas, a Administração da Companhia está

propondo destinar parte do lucro líquido do exercício para a reserva de retenção de lucros para fazer frente aos investimentos a serem realizados, conforme demonstrado abaixo na cópia do orçamento de capital item II desta proposta.

USO DOS RECURSOS (em milhares de reais)

Investimentos	
<i>Complexo Usina Henry Borden.....</i>	<i>14.319</i>
<i>Usina Edgard de Souza</i>	<i>4.960</i>
<i>Usina Termoeletrica Piratininga .</i>	<i>2.230</i>
<i>Infraestrutura</i>	<i>2.060</i>
<i>PCH's – Porto Góes e Rasgão</i>	<i>1.391</i>
TOTAL	24.960

FONTE DOS RECURSOS (em milhares de reais)

Reserva de Retenção de Lucros	15.021
Recursos próprios e/ou de terceiros	9.939
TOTAL	24.960

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

Não há destinação para reserva de incentivos fiscais

b. Explicar a natureza da destinação

Não há destinação para reserva de incentivos fiscais

IV. COMENTÁRIO DOS DIRETORES NOS TERMOS DO ÍTEM 10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM nº 480/2009

10.1 Condições financeiras/patrimoniais

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia, em decorrência da celebração do aditivo ao contrato de concessão nº 002/2004, o qual prorrogou as concessões das UHEs Rasgão, Henry Borden e Porto Góes até 2042, nos termos da Lei nº 12.876/2013 (conversão da Medida Provisória nº 579/2012), passou a ter sua receita estabelecida por tarifa regulada, remunerando a gestão dos ativos vinculados por meio da disponibilização de toda sua energia e potência às distribuidoras no sistema de cotas. Com a conversão para essa modalidade, a receita das usinas sofreu redução, atenuada, no entanto, pela diminuição dos encargos setoriais. Igualmente a isenção dos riscos hidrológicos, estabelecida pelo atual modelo tarifário, tem impacto positivo para a Companhia, uma vez que, em condições sistêmicas desfavoráveis, como nos períodos de fraca hidrologia, baixos níveis nos reservatórios e geração térmica intensiva para compensar a diminuição da produção nas hidrelétricas, acarretaria, no modelo anterior, na necessidade de agentes geradores adquirirem energia a altos preços no mercado de curto prazo, para honrar seus contratos de venda.

A Companhia, além das receitas operacionais obtidas como concessionária de geração de energia elétrica, tem receitas geradas pela prestação de serviços de operação e manutenção no complexo termoelétrico formado pela UTEs Piratininga e Fernando Gasparian, da Baixada Santista Energia – BSE, bem como na Estação Elevatória Eduardo Yassuda, da Prefeitura Municipal de São Paulo.

O contrato de arrendamento dos ativos da UTE Piratininga à BSE, registrada nos demonstrativos financeiros como arrendamento mercantil financeiro, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 06, tem impacto na geração de caixa da Companhia.

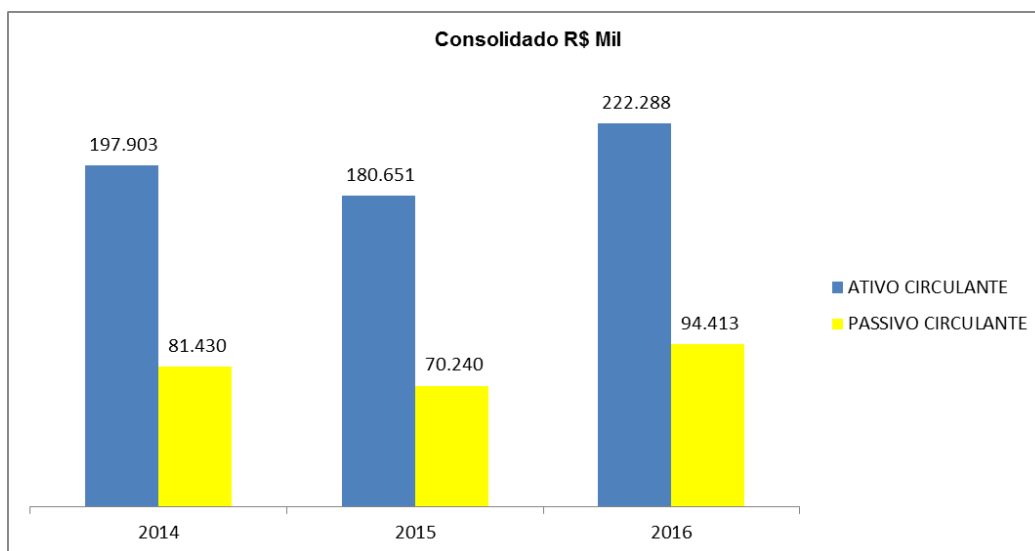
Em 2016, a EMAE, no consolidado, encerrou o exercício com saldo em caixa e equivalentes de caixa de R\$ 80,3 milhões e em 2015 de R\$ 50,1 milhões. A Companhia encerrou o exercício de 2016 com um capital circulante (Ativo Circ. – Passivo Circ.), de R\$ 127,9 milhões. Esse indicador vem apresentando, nos exercícios anteriores, posição igualmente confortável (R\$105,9 milhões em 2015 e R\$ 116,5 milhões em 2014).

Os principais índices financeiros e patrimoniais da Companhia têm se mantido em níveis confortáveis no três últimos exercícios conforme abaixo:

Índice:	2016	2015	2014
Liquidez corrente (ativo circulante / passivo circulante)	2,35	2,36	2,43
Liquidez seca ((ativo circulante – estoques) / passivo circulante)	2,33	2,34	2,40
Liquidez imediata (disponível / passivo circulante)	0,85	0,64	0,26
Liquidez geral ((ativo circulante + realizável a longo prazo) / (passivo circulante + passivo não circulante))	2,37	2,72	2,18
Participação de capital de terceiros (capital de 3º.s / PL)	55,72%	44,37%	60,78%
Composição do endividamento (passivo circulante / capital de 3º.s)	23,43%	23,04%	19,69%

O índice de liquidez corrente demonstra que a Companhia possui recursos suficientes para cobrir suas obrigações de curto prazo. O índice de liquidez geral também se encontra em níveis adequados. Os índices de endividamento geral vêm se mantendo abaixo de 0,5, demonstrando que a dependência de capitais de terceiros da Companhia está em níveis adequados.

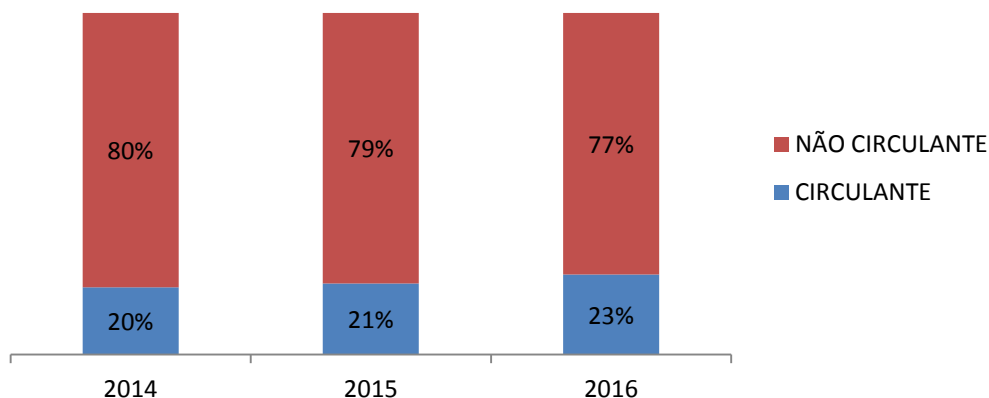
A Companhia apresentou, nos três últimos exercícios, condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver suas atividades, assim como para cumprir suas obrigações. A análise dos números de seu ativo circulante e de seu passivo circulante demonstra que a Companhia possui capital de giro que permite que ela tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir suas despesas, suas dívidas e outros valores, no entanto, não há como garantir que tal situação permanecerá inalterada.



b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:

A Companhia possui uma estrutura de capital equilibrada com relativa baixa participação de capitais de terceiros. O percentual de capital de terceiros em relação ao ativo total da Companhia tem se mantido em valores abaixo de 40% do total (35,78% em 2016, 30,73% em 2015 e 37,80% em 2014), sendo que o percentual de curto prazo (passivo circulante) se manteve abaixo de 25% do total de obrigações nos três últimos exercícios, demonstrando a alocação preponderante das obrigações no longo prazo.

PASSIVO



As obrigações da Companhia, no curto e longo prazo, estão detalhadas abaixo:

PASSIVO (CONSOLIDADO)	2016	2015	2014
	(R\$ Mil)	(R\$ Mil)	(R\$ Mil)
CIRCULANTE			
Fornecedores.....	5.084	4.742	8.332
Folha de pagamento.....	5.382	4.824	5.198
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	6.220	5.758	11.495
Tributos e contribuições sociais.....	4.880	4.426	4.605
Imposto de renda e contribuição social a recolher.....	143	78	3.485
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	16.010	3.716	87
Entidade de previdência a empregados.....	32.784	16.833	22.114
Empréstimos e financiamentos.....	6.671	6.549	2.959
Taxas regulamentares.....	5.806	5.637	7.480
Encargos de uso da rede elétrica.....	190	200	172
Depósitos vinculados.....	-	7.178	8.325
Outros.....	11.243	10.299	7.178
	<u>94.413</u>	<u>70.240</u>	<u>81.430</u>
NÃO CIRCULANTE			
Exigível a longo prazo			
Empréstimos e financiamentos.....	85.054	90.453	100.190
Entidade de previdência a empregados.....	76.914	7.827	54.871
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	77.832	108.810	97.649
Tributos e contribuições sociais.....	-	-	37
Taxas regulamentares.....	769	769	769
Provisão para custos socioambientais.....	-	-	10.238
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários....	51.639	43.247	52.279
Outras obrigações.....	16.202	16.202	16.202
	<u>308.410</u>	<u>267.308</u>	<u>332.235</u>

O capital social integralizado de R\$ 285.411 mil está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais de classe única. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto Social, até o limite máximo de R\$ 1.116.050 mil mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvindo-se antes o Conselho Fiscal.

Os principais acionistas em 31 de dezembro de 2016 foram os seguintes:

NOME	ORDINÁRIAS		PREFERÊNCIAIS		TOTAL		
	Ações	%	Ações	%	Ações	%	R\$
Centrais Elétricas Bras S.A. - Eletrobras	-	-	14.416.333	64,82%	14.416.333	39,02%	111.364.254,43
Secretaria da Fazenda ⁽¹⁾	14.354.538	97,61%	52.068	0,23%	14.406.606	38,99%	111.289.114,65
Alvaro Luiz Alves de Lima Alvares Otero	-	-	2.265.633	10,19%	2.265.633	6,13%	17.501.713,50
Leonardo Izecksohn	-	-	1.045.573	4,70%	1.045.573	2,83%	8.076.912,32
Fanny Berta Izecksohn	-	-	642.734	2,89%	642.734	1,74%	4.965.034,64
Eduardo Augusto Ribeiro Magalhaes	-	-	547.200	2,46%	547.200	1,48%	4.227.047,20
Eletropar Eletrobras Part S.A.	-	-	523.911	2,36%	523.911	1,42%	4.047.142,77
Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô	350.832	2,39%	-	-	350.832	0,95%	2.710.130,52
Naf Enigma Fundo de Investimento em Ações	-	-	275.003	1,24%	275.003	0,74%	2.124.361,59
Nuevo Sumatra Ações Fundo de Investimento	-	-	235.400	1,06%	235.400	0,64%	1.818.433,68
Outros	-	-	2.237.859	10,06%	2.237.859	6,06%	17.287.163,06
	14.705.370	100%	22.241.714	100%	36.947.084	100%	285.411.308

(1) Acionista Controlador

O preço por ação da Empresa no fechamento do mês de dezembro de 2016 foi de R\$ 8,58.

i. hipóteses de resgate

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas e suficientes para honrar suas obrigações de curto e longo prazo, conforme pode se verificar através dos índices financeiros de desempenho obtidos das demonstrações financeiras consolidadas apresentadas no item 10.a.

A EMAE tem um perfil de dívida confortável em relação às operações da Companhia e sua controlada. Os contratos firmados são:

- BNDES – financiamento captado pela subsidiária integral Pirapora para financiar a implantação da PCH Pirapora, com vencimento em setembro de 2030, cuja amortização será realizada através da geração de caixa das operações do próprio empreendimento; e
- Fundação CESP – contrato de reserva matemática com o fundo previdenciário administrado pela Fundação CESP, com vencimento em março de 2020.

	Saldo em 31.12.16 (em R\$ mil)	Vencimento
BNDES	84.503	Setembro/2030
Fundação CESP ^(*)	44.988	Março/2020

(*) O passivo atuarial registrado em 31/12/2016 é de R\$109.698, cujo prazo está atrelado ao período de pagamento dos benefícios do plano.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios a Companhia não realizou nenhuma operação de crédito para financiamento de capital de giro ou investimento em ativos, financiando suas operações e investimentos com recursos próprios.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não vislumbra necessidade de financiar suas operações mediante capital de terceiros, no entanto, em uma eventual necessidade a Companhia poderá acessar o mercado buscando a melhor alternativa que se enquadre em suas expectativas de custos e prazos. No passado a Companhia já acessou o mercado por meio de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e Emissão de Notas Promissórias.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

A tabela a seguir demonstra o saldo devedor dos compromissos financeiros da Empresa em 31/12/2013, 31/12/2014 e 31/12/2015 em R\$ mil:

Descrição	2014 (R\$ mil)	2015 (R\$ mil)	2016 (R\$ mil)	Encargos
Fundação CESP – Benefício Suplementar Proporcional Saldado	76.985	24.660	109.698	IGP-DI + 5%a.a. +/- déficit/ superávit atuarial
BNDES (*)	103.149	97.002	91.725	TJLP + 1,9%a.a.

(*) contrato firmado entre Pirapora Energia S.A., subsidiária integral da EMAE, e o BNDES, com linha de crédito de R\$98.017 mil.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações

iii. grau de subordinação entre as dívidas

No eventual concurso universal de credores será obedecida a seguinte ordem:

1. Contrato Financiamento da PCH Pirapora – BNDES para Pirapora Energia;
2. Fundação CESP – Benefício Suplementar Proporcional Saldado.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Fundação CESP - Benefício Suplementar Proporcional Saldado

Restrições quanto a:

- Limites de Endividamento e contratação de novas dívidas: Não há.
- Distribuição de Dividendos: Não há.
- Alienação de Ativos: Não há.
- Emissão de novos valores mobiliários: Não há.
- Alienação de Controle Societário: Não há.

BNDES e Pirapora Energia S.A.

Contrato de Financiamento mediante abertura de Crédito no valor de R\$ 98.017 mil

Garantias da operação:

- Contratos de venda de energia.
- Direitos emergentes da Resolução nº 1.429 da ANEEL.
- Totalidade das ações e respectivos direitos de subscrição de emissão da Pirapora Energia S.A.
- Contas bancárias da Pirapora Energia: manter recursos para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrente do Contrato.

Restrições quanto a:

- Alienação de Controle Societário pela EMAE: vencimento antecipado do contrato.
- Aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista na implantação da PCH Pirapora.
- Constituição de penhor ou gravames, sem prévia autorização do BNDES, sobre as garantias da operação a outros credores.
- Incluir em acordo societário, estatuto ou contrato social da Pirapora Energia S.A. restrições à sua capacidade de crescimento ou ao desenvolvimento tecnológico, ao acesso a novos mercados e à capacidade de pagamento das obrigações financeiras com o BNDES.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A controlada Pirapora possui contrato de financiamento com o BNDES para a construção da PCH Pirapora, cujos recursos foram integralmente liberados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As tabelas abaixo refletem informações extraídas das contas patrimoniais e demonstrações de resultado consolidados da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, com análises verticais e horizontais e comentários sobre as variações mais relevantes.

ATIVO	2016			2015			2014	
	(R\$ Mil)	V%	H%	(R\$ Mil)	V%	H%	(R\$ Mil)	V%
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa.....	80.279	7,13%	60,09%	50.145	4,57%	133,77%	21.451	1,96%
Revendedores.....	29.211	2,59%	78,80%	16.337	1,49%	47,85%	11.050	1,01%
Consumidores.....	4.191	0,37%	395,39%	846	0,08%	-45,77%	1.560	0,14%
Serviços - Canal Pinheiros.....	1.774	0,16%	-78,14%	8.115	0,74%	-1,18%	8.212	0,75%
Alienação de bens e direitos.....	263	0,02%	-68,50%	835	0,08%	-86,16%	6.035	0,55%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar..	11	0,00%	-99,60%	2.784	0,25%	-	-	-
Tributos e contribuições sociais compensáveis.....	1.552	0,14%	-9,35%	1.712	0,16%	13,23%	1.512	0,14%
Estoque.....	1.965	0,17%	-6,38%	2.099	0,19%	-1,96%	2.141	0,20%
Despesas antecipadas.....	214	0,02%	-9,32%	236	0,02%	25,53%	188	0,02%
Arrendamento UTE Piratininga.....	85.141	7,56%	12,59%	75.623	6,89%	5,05%	71.990	6,58%
Outros créditos.....	7.315	0,65%	-17,68%	8.886	0,81%	-12,22%	10.123	0,93%
Cauções e depósitos vinculados.....	10.372	0,92%	-20,42%	13.033	1,19%	-79,52%	63.641	5,82%
	<u>222.288</u>	<u>19,75%</u>	<u>23,05%</u>	<u>180.651</u>	<u>16,45%</u>	<u>-8,72%</u>	<u>197.903</u>	<u>18,09%</u>
NÃO CIRCULANTE								
Realizável a longo prazo								
Arrendamento UTE Piratininga.....	391.257	34,75%	-3,39%	404.984	36,88%	3,06%	392.959	35,91%
Cauções e depósitos vinculados.....	15.806	1,40%	13,88%	13.879	1,26%	47,65%	9.400	0,86%
Ativo financeiro indenizável.....	46.386	4,12%	13,93%	40.716	3,71%	38,82%	29.330	2,68%
Ativo reversível da concessão.....	275.273	24,45%	0,00%	275.273	25,06%	0,33%	274.378	25,08%
Outros créditos.....	2.137	0,19%	-30,28%	3.065	0,28%	0,00%	-	0,00%
Investimentos.....	1.390	0,12%	0,00%	1.390	0,13%	0,00%	1.390	0,13%
Imobilizado.....	169.461	15,05%	-3,74%	176.037	16,03%	-6,52%	188.311	17,21%
Intangível.....	1.764	0,16%	-21,95%	2.260	0,21%	312,41%	548	0,05%
	<u>903.474</u>	<u>80,25%</u>	<u>-1,54%</u>	<u>917.604</u>	<u>83,55%</u>	<u>2,38%</u>	<u>896.316</u>	<u>81,91%</u>
TOTAL DO ATIVO.....	<u>1.125.762</u>	<u>100,00%</u>	<u>2,50%</u>	<u>1.098.255</u>	<u>100,00%</u>	<u>0,37%</u>	<u>1.094.219</u>	<u>100,00%</u>

O ativo circulante apresentou aumento de R\$ 41,6 milhões, passando de um saldo de R\$ 180,6 milhões em 2015 para R\$ 222,3 em 2016, em função do aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$30,1 milhões e no saldo de revendedores de R\$ 12,9 milhões. O aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa decorre principalmente dos recebimentos decorrentes do contrato de arrendamento mercantil e ao menor volume de investimentos realizados durante o ano de 2016. O aumento no saldo de revendedores decorre, principalmente, da revisão tarifária ocorrida no período.

Em 2016, o Ativo não circulante apresentou redução de R\$14,1 milhões principalmente em função da depreciação do ativo imobilizado (R\$4,4 milhões) e a reclassificação de parcela do arrendamento da UTE Piratininga para o circulante.

PASSIVO CIRCULANTE	2016			2015			2014	
	(R\$ Mil)	V%	H%	(R\$ Mil)	V%	H%	(R\$ Mil)	V%
Fornecedores.....	5.084	0,45%	7,21%	4.742	0,43%	-43,09%	8.332	0,76%
Empréstimos e financiamentos.....	6.671	0,59%	1,86%	6.549	0,60%	121,32%	2.959	0,27%
Folha de pagamento.....	5.382	0,48%	11,57%	4.824	0,44%	-7,20%	5.198	0,48%
Obrigações estimadas - folha de pagamento.....	6.220	0,55%	8,02%	5.758	0,52%	-49,91%	11.495	1,05%
Entidade de previdência a empregados.....	32.784	2,91%	94,76%	16.833	1,53%	-23,88%	22.114	2,02%
Tributos e contribuições sociais.....	4.880	0,43%	10,26%	4.426	0,40%	-3,89%	4.605	0,42%
Imposto de renda e contribuição social a recolher.....	143	0,01%	83,33%	78	0,01%	-97,76%	3.485	0,32%
Dividendos e juros sobre capital próprio.....	16.010	1,42%	330,84%	3.716	0,34%	4171,26%	87	0,01%
Taxas regulamentares.....	5.806	0,52%	3,00%	5.637	0,51%	-24,64%	7.480	0,68%
Encargos de uso da rede elétrica.....	190	0,02%	-5,00%	200	0,02%	16,28%	172	0,02%
Depósitos vinculados.....	-	0,00%	-100,00%	7.178	0,65%	-13,78%	8.325	0,76%
Outros.....	11.243	1,00%	9,17%	10.299	0,94%	43,48%	7.178	0,66%
	94.413	8,39%	34,41%	70.240	6,40%	-13,74%	81.430	7,44%
NÃO CIRCULANTE								
Exigível a longo prazo								
Empréstimos e financiamentos.....	85.054	7,56%	-5,97%	90.453	8,24%	-9,72%	100.190	9,16%
Entidade de previdência a empregados.....	76.914	6,83%	882,68%	7.827	0,71%	-85,74%	54.871	5,01%
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	77.832	6,91%	-28,47%	108.810	9,91%	11,43%	97.649	8,92%
Tributos e contribuições sociais.....	-	0,00%	0,00%	-	-	-100,00%	37	-
Taxas regulamentares.....	769	0,07%	0,00%	769	0,07%	-	769	0,07%
Provisão para custos socioambientais.....	-	0,00%	-	-	-	-100,00%	10.238	0,94%
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.....	51.639	4,59%	19,40%	43.247	3,94%	-17,28%	52.279	4,78%
Outras obrigações.....	16.202	1,44%	0,00%	16.202	1,48%	-	16.202	1,48%
	308.410	27,40%	15,38%	267.308	24,34%	-19,54%	332.235	30,36%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social.....	285.411	25,35%	0,00%	285.411	25,99%	-	285.411	26,08%
Reservas de capital.....	387.130	34,39%	0,00%	387.130	35,25%	-	387.130	35,38%
Outros resultados abrangentes.....	35.947	-3,19%	-187,94%	40.878	3,72%	142,08%	16.886	1,54%
Reserva de retenção de lucros.....	-	0,00%	0,00%	-	-	-	-	-
Reservas de lucros.....	86.345	7,67%	82,59%	47.288	4,31%	15662,67%	300	0,03%
Dividendo adicional proposto.....	-	0,00%	0,00%	-	-	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados.....	-	0,00%	0,00%	-	-	-100,00%	(9.173)	-0,84%
	722.939	64,22%	-4,96%	760.707	69,27%	11,78%	680.554	62,20%
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	1.125.762	100,00%	2,50%	1.098.255	100,00%	0,37%	1.094.219	100,00%

Em 2016, o passivo circulante aumentou em R\$24,2 milhões devido, principalmente, ao aumento de R\$15,9 milhões no passivo atuarial com a entidade de previdência a empregados em função da mudança na taxa de desconto e ao aumento em R\$ 12,4 milhões nos dividendos a pagar, parcialmente compensados pela redução em depósitos vinculados.

O passivo não circulante apresentou aumento de R\$41,1 milhões em 2016 devido, principalmente, ao aumento no saldo do passivo com entidades de previdência privada em R\$ 69,1 milhões e pelo aumento em provisões para riscos trabalhistas, cíveis e tributários em R\$ 8,4 milhões, os quais foram parcialmente compensados pela redução de R\$ 31 milhões em imposto de renda e contribuição social diferidos.

O patrimônio líquido reduziu em R\$ 37,8 milhões em razão (i) do ajuste de avaliação atuarial negativo no montante de R\$76,8 milhões, líquidos de impostos, (ii) do aumento do lucro líquido apurado no exercício em R\$ 55 milhões e (iii) da redução em virtude dos dividendos propostos no montante de R\$15,9 milhões.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	31.12.16			31.12.15			31.12.14	
	(R\$ Mil)	V%	H%	(R\$ Mil)	V%	H%	(R\$ Mil)	V%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	206.607	100,00%	4,11%	198.444	100,00%	31,33%	151.102	100,00%
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(173.682)	-84,06%	6,59%	(162.943)	-82,11%	3,21%	(157.878)	-104,48%
(PREJUÍZO) LUCRO OPERACIONAL BRUTO.....	32.925	15,94%	-7,26%	35.501	17,89%	-623,92%	(6.776)	-4,48%
Despesas Operacionais								
Despesas gerais e administrativas.....	(36.210)	-17,53%	-19,50%	(44.981)	-22,67%	6,09%	(42.399)	-28,06%
Outras receitas e despesas.....	2.895	1,40%	-125,27%	(11.455)	-5,77%	-70,25%	(38.510)	-25,49%
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO..	(33.315)	-16,12%	-40,97%	(56.436)	-28,44%	-30,25%	(80.909)	-53,55%
RESULTADO FINANCEIRO								
Receitas.....	33.307	16,12%	0,39%	33.176	16,72%	-13,53%	38.369	25,39%
Despesas.....	(9.782)	-4,73%	-4,57%	(10.250)	-5,17%	424,30%	(1.955)	-1,29%
Variações monetárias líquidas.....	54.351	26,31%	-15,21%	64.103	32,30%	86,55%	34.362	22,74%
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	77.486	37,50%	17,24%	66.094	33,31%	-490,88%	(16.909)	-11,19%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL								
Correntes.....	(17.933)	-8,68%	139,07%	(7.501)	-3,78%	-33,45%	(11.271)	-7,46%
Diferidos.....	(4.573)	-2,21%	-482,04%	1.197	0,60%	17,70%	1.017	0,67%
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO.....	54.980	26,61%	-8,04%	59.790	30,13%	-320,12%	(27.163)	-17,98%

A receita operacional líquida teve um aumento de R\$ 8,2 milhões em 2016 em relação a 2015, em função do aumento na receita de cotas de energia elétrica de R\$ 37,2 milhões, a qual foi parcialmente compensados pela redução na receita de construção de ativos próprios em R\$ 17,6 milhões, pela redução na receita de fornecimento de energia em R\$ 5,4 milhões e ao aumento nas deduções à receita operacional em R\$ 4,1 milhões.

Os custos e despesas operacionais apresentaram redução de R\$12,4 milhões em 2016 em relação a 2015, em razão da redução da despesa com entidade de previdência privada em R\$ 6,3 milhões, da redução das despesas com serviços de terceiros em R\$ 4,1 milhões, da redução com custos de construção de ativos próprios em R\$17,6 milhões e da redução da despesa com ajuste do ativo imobilizado em R\$ 12,8 milhões, os quais foram compensados pelo aumento na provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários em R\$ 26,5 milhões.

O resultado financeiro em 2016 teve redução de R\$ 9,1 milhões, quando comparado a 2015, principalmente em função da redução na atualização monetária do arrendamento mercantil, o qual foi impactado pela redução na variação do IGP-M.

A despesa com imposto de renda e contribuição social apresentou aumento de R\$ 16,2 milhões em 2016 quando comparada a 2015. Os efeitos acima mencionados resultaram em uma redução de R\$ 4,8 milhões em 2016.

10.2. Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

RECEITA OPERACIONAL	2014	2015	2016
Fornecimento de energia elétrica	20.843	14.268	8.937
Cotas de energia elétrica	123.875	138.780	175.983
Suprimento de energia - leilão	-	28.581	31.242
Suprimento de energia - comercializadores	-	-	2.026
Energia de curto prazo - CCEE	6.220	3.255	613
Renda da prestação de serviço	16.579 (1)	12.989 (1)	9.544 (1)
Outras receitas	1.683	2.385	1.860
Receitas relativas à construção de ativos próprios	6.042	23.651	6.039
	175.242	223.909	236.244

As variações nos componentes das receitas foram motivadas por:

(1) Término dos serviços manutenção nas barragens do DAEE e adequação dos serviços de O&M das termelétricas (BSE).

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2016:

- (i) aumento na receita com quota de energia elétrica em R\$37,2 milhões;
- (ii) aumento na despesa com provisão para riscos trabalhista, cíveis e tributários em R\$26,5 milhões
- (ii) redução na despesa com baixa de ativos financeiros indenizáveis.
- (iii) redução na receita financeira de atualização monetária do contrato de arrendamento mercantil em R\$ 10 milhões;
- (iv) aumento na despesa de imposto de renda e contribuição social em R\$ 16,2 milhões

Em 2015:

- (i) Reversões de provisões trabalhistas e ambientais.
- (ii) Baixa de parte dos ativos financeiros indenizáveis decorrente de reanálises efetuadas.

Em 2014:

Provisões e reversões de contingências ambientais e cíveis.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Desde janeiro de 2013, com a vigência da nova regulamentação vinculada à prorrogação das concessões (Lei nº 12.783/2013, que regulamentou a MP nº 579), toda energia e potência das usinas prorrogadas passaram a ser alocadas às distribuidoras de energia elétrica no regime de cotas, sendo remuneradas por tarifas (mercado regulado). Em decorrência desse fato, a Companhia apresentou aumento na receita com quota de energia elétrica em aproximadamente R\$37 milhões no ano de 2016, em função da revisão tarifária ocorrida.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os principais custos e despesas da Companhia estão relacionados com:

- (i) a compra de energia elétrica para revenda – a energia comprada através de contratos de suprimento estão sujeitos a reajuste por índices de inflação (IGP-M, INPC, etc.) e a energia comprada no mercado de curto prazo são adquiridos a valores de mercado.
- (ii) aos encargos de uso da rede elétrica – geralmente são reajustados por índices de inflação, em bases anuais, e por revisões tarifárias que ocorrem a cada 4 ou 5 anos.
- (iii) despesas de pessoal, serviços de terceiros e materiais em geral são ajustados por índices próximos à inflação, os quais são negociados pela administração com o intuito de obter economia/eficiência.
- (iv) o resultado financeiro é impactado pela variação do IGP-M sobre o contrato de arrendamento financeiro com a BSE.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2014, 2015 e 2016 não houve eventos dessa natureza.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve.

10.4 - Mudanças práticas contábeis / ressalvas e ênfase

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não ocorreram mudanças nas práticas contábeis da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014 foi aplicada a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão em razão da prorrogação da concessão ocorrida em 2012 (Lei nº 12.876/2013). Em consequência, a Companhia efetuou ajustes nas Demonstrações Financeiras de 2013 para permitir adequada comparação com o exercício de 2014, reclassificando parcela do seu ativo imobilizado para o ativo reversível da concessão e o restante do ativo imobilizado para ativo financeiro da concessão.

Em dezembro de 2014 foi aprovada a Revisão 07 – Revisão de Pronunciamento Técnico que alterou o CPC 35, CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas demonstrações

financeiras separadas em IFRS, eliminando essa diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

Aplicação do CPC 33 (Revisão 1) referente a ganhos e perdas apurados na avaliação atuarial da Previdência Privada a Empregados, que passa a ser registrado no Patrimônio Líquido na rubrica Outros Resultados Abrangentes a partir de janeiro de 2013, deixando de ser registrado diretamente no resultado do exercício.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

No exercício de 2014, a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão – acarretou significativa redução na despesa com depreciação em função de ativos imobilizados reversíveis terem sido vertidos para Ativo Financeiro Indenizável (R\$ 29 milhões) e Ativo Reversível da Concessão (R\$ 274 milhões). Assim, a Companhia ajustou as Demonstrações Financeiras de 2013, em conformidade com o CPC 23 – *Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro*, para permitir a adequada comparabilidade entre os exercícios.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os Relatórios dos Auditores Independentes referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014, foram emitidos pela KPMG Auditores Independentes. O relatório do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não contém ressalva ou ênfase e os dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 não contém ressalvas, mas contêm ênfases cujas sínteses e respectivos comentários são apresentados a seguir:

Exercício de 2015 e 2014

(i) Ativo financeiro da concessão

A Companhia possui contabilizado ativo financeiro indenizável em conformidade com o ICPC 01 – Contratos de concessão, no montante de R\$ 40.716 mil em 31 de dezembro de 2015, que representa investimentos realizados em infraestrutura de geração de energia após 31 de dezembro de 2012 e estão abarcados pela nova regulamentação de concessões de geração de energia (Lei 12.783/2013). Estes investimentos deverão ser recuperados a partir dos reajustes e revisões tarifárias para estabelecimento de nova Receita Anual de Geração. A Companhia avaliou que os investimentos foram realizados em caráter prudencial, porém estão sujeitos às aprovações da ANEEL e, conseqüentemente, eventuais ajustes poderão ser necessários.

Comentários: A Companhia encaminhou à ANEEL plano de investimentos em melhorias, para o período de 2013 a 2018, abrangendo empreendimentos já concluídos, em curso e a realizar.

Em junho de 2015 ocorreu o primeiro reajuste tarifário sob as condições do novo PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, ocasião em que foram

concedidas receitas adicionais dos investimentos concluídos e, também, receitas adicionais antecipadas de investimentos a realizar.

(ii) Ativo Reversível da concessão

A Companhia mantém contabilizado ativo reversível, excluindo-se os projetos básicos que já foram indenizados, identificados pela Administração da Companhia a serem indenizados pelo Poder Concedente, após fiscalização e definição dos valores com base na VNR pela ANEEL, nos termos do art. 2º do Decreto 7.850/2012 e Resolução Normativa nº 596/2013. A Companhia apresentou para a ANEEL em 04 de junho de 2014 a relação de investimentos e a documentação comprobatória referente aos investimentos a serem indenizados na ordem de R\$ 275.273 mil a valor líquido contábil, sendo que até o momento não houve manifestação da ANEEL no tocante aos valores informados. Todavia, até a definição dos valores a serem homologados pela ANEEL poderão ocorrer perdas que serão reconhecidas quando vierem ao conhecimento da Companhia.

Comentários: Conforme mencionado acima, a Companhia efetuou todos os procedimentos previstos na legislação para recebimento do valor da indenização. Ressalta-se que a ANEEL tem utilizado o Valor Novo de Reposição como base para apurar o valor indenizável dos ativos. No momento a Companhia está aguardando a manifestação da ANEEL.

10.5 - Políticas contábeis críticas adotadas pela EMAE.

Na preparação das Demonstrações Financeiras a Administração utiliza julgamentos e premissas para a elaboração de estimativas e na aplicação das políticas contábeis e, em consequência, na determinação dos valores de ativos, passivos, receitas e despesas reportados. Os valores efetivamente realizados em períodos subsequentes podem divergir dessas estimativas realizadas pela Administração, em função novos eventos ocorridos ou informações disponibilizadas após a data da elaboração das estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e à medida que novos fatos estejam disponíveis os valores das estimativas são recalculados. Os impactos dessas revisões são reconhecidos prospectivamente.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas realizados na aplicação das políticas contábeis, as quais têm efeitos significativos sobre determinados valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão apresentadas a seguir:

Arrendamento mercantil:

A Companhia possui um contrato de arrendamento para terceiros, celebrado em 27 de abril de 2007, o qual foi classificado como arrendamento mercantil financeiro em razão de transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade legal para a arrendatária. Os recebimentos do

arrendamento mercantil são tratados como amortização de capital e receita financeira.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia realiza análises de seus valores a receber em bases periódicas e constitui, quando necessário, provisões para créditos de liquidação duvidosa quando há evidências de que o crédito poderá não ser realizado.

Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se a interpretação das disposições da legislação tributária aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis e exclusão de receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

Ativo financeiro indenizável

Conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusula 2ª do segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004 – ANEEL, a Companhia tem direito ao recebimento de investimentos realizados após a renovação da concessão, ocorrida em 2012.

Dessa forma, a Companhia tem registrado como ativos financeiros indenizáveis os valores correspondentes aos investimentos realizados pela Companhia no seu parque gerador após 31/12/2012, os quais a Companhia entende terem sido realizados de forma prudente, conforme previsto na Resolução Normativa nº 642, de 16/12/2014. Uma parcela desses investimentos já foi incorporada na RAG homologada de julho de 2015 e de 2016.

Ativo reversível da concessão

A renovação das concessões das usinas de Rasgão, Henry Borden e Porto Góes ocorreram em 4/12/2012. De acordo com a Lei 12.783, por ocasião da renovação da concessão, os ativos da concessão devem ser revertidos para a União, mediante indenização. Dessa forma, em 31/12/2015, o custo histórico destes ativos, quando estavam classificados no ativo imobilizado, foi transferido para a rubrica ativo reversível da concessão.

Até 31/12/2016, o valor da indenização estava em processo de definição pelo Poder Concedente. Conforme o Decreto 7.850 de 2013, a indenização será determinada através de fiscalização para determinar os ativos indenizáveis e apuração do VNR (valor novo de reposição) desses ativos.

Entidade de previdência privada

A obrigação líquida da Companhia dos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado a valor presente para determinar a obrigação da Companhia na data do encerramento

de cada exercício. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado

Essa estimativa da obrigação líquida da Companhia é atualizada anualmente com base em estudo elaborado por atuário.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A Companhia e sua controlada são parte em processos judiciais e administrativos. Esses processos são avaliados periodicamente pela Administração e seus consultores legais. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais para em que é provável ocorrer uma saída de recursos para liquidar a contingência ou obrigação e uma estimativa razoável desse valor possa ser feita.

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet item), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou comentadas nas notas explicativas.

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

b. natureza e o propósito da operação

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois, conforme indicado no item 10.8, todas as operações estão registradas nas demonstrações financeiras ou apresentadas nas notas explicativas.

10.8 - plano de negócios

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Para 2017 estão previstos, para continuidade dos investimentos em andamento e novos investimentos no montante de R\$ 25,0 milhões, englobando serviços, obras e aquisições voltados à confiabilidade, segurança, melhorias e garantia das condições operacionais das instalações e equipamentos das usinas e atender, assim, aos índices de disponibilidade e qualidade estabelecidos nas determinações legais e regulamentares.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Retenção de Lucros (item III desta Proposta de Administração) caso aprovada, e Recursos próprios/terceiros.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável

c. novos produtos e serviços.

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia desenvolve, de forma permanente, estudos de viabilidade técnico-econômica de empreendimentos de geração de energia elétrica a partir de diversas fontes primárias de geração com foco na identificação de oportunidades para a expansão do seu parque gerador.

A divulgação de projetos específicos apenas ocorre a partir da constatação, pela Companhia, da atratividade do empreendimento, dos quais destacamos:

- Encontra-se em análise na ANEEL os Estudos de Viabilidade Técnico Econômica para remotorização da PCH Edgard de Souza, na barragem de mesmo nome, efetuados com base na potência do aproveitamento identificada no Despacho ANEEL nº 427 de 26/02/2014. Atualmente, visando obter a emissão do ato autorizativo, a EMAE, contratou consultoria especializada para emissão de parecer que demonstre à ANEEL as condicionantes locais e regulatórias para que a agência possa conceder o registro do aproveitamento a EMAE. Paralelamente estão em elaboração os estudos ambientais para obtenção do licenciamento ambiental.
- A Companhia vem estudando, em conjunto com o Departamento Hidroviário – DH, a integração dos sistemas de navegação no rio Tietê com a geração de energia, de modo a otimizar integradamente as duas funções. Dentro desse trabalho, participou de estudos visando à inclusão da geração de energia elétrica na barragem/eclusa Anhembi, no rio Tietê, tornando a mesma, até então prevista apenas para navegação, em aproveitamento múltiplo. Também formalizou junto à ANEEL o sumário executivo do Aproveitamento Hidrelétrico AHE Guaxatuba, dando sequência ao processo de autorização do empreendimento.
- Chamada Pública nº 1/2015 - Implantação e exploração de usina termoelétrica a gás natural em área de propriedade da EMAE. Foram selecionadas duas empresas parceiras, Gasen/Siemens e AES Tietê, e, em 2016, foram finalizados estudos pré-viabilidade ambiental dos futuros empreendimentos.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Desde o início do programa Pesquisa e Desenvolvimento – ANEEL a Companhia destinou cerca de R\$ 19,4 milhões para desenvolvimento dos respectivos projetos, mencionados no Relatório de Administração, em conformidade com a lei e respectiva regulamentação.

10.9 - Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Nada a acrescentar, devido a todos os fatores que influenciaram o desempenho operacional já terem sido comentados nos itens anteriores, no Relatório Anual da Administração e nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.



EMAE – EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A.
COMPANHIA ABERTA
C.N.P.J Nº 02.302.101/0001-42
N.I.R.E. 35.3.001.532.4-3

V. DADOS DOS MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, INDICADOS À ELEIÇÃO, CONFORME OS ITENS 12.5 A 12.10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM 480/2009

12.5. Relação de indicados a eleição para compor o Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Empresa.

Conselho de Administração

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF ou número do passaporte	Cargo eletivo	Data da eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Eleito pelo controlador	Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Nº mandatos consecutivos
Luiz Carlos Ciochi	01/02/1958	Engenheiro	374.232.237-00	Conselheiro (efetivo)	26/04/2017		2 anos	Sim	Diretor-Presidente	2
Marcio Rea	21/11/1964	Administrador	060.294.818-51	Conselheiro (efetivo)	26/04/2017		2 anos	Sim	Não possui	3
Nelson Luiz Rodrigues Nucci	15/05/1937	Engenheiro	034.987.948-68	Conselheiro (efetivo)	26/04/2017		2 anos	Sim	Não possui	2

a) Currículos:

Conselho de Administração

Luiz Carlos Ciochi

- Possui mais de 25 anos de experiência em cargos executivos e consultoria. Engenheiro Eletrônico pela FEI e pós-graduado em Administração de Empresas pela FGV e especializou-se em gestão, planejamento estratégico e desenvolvimento organizacional nas universidades de Michigan, Virginia (Darden) e Caltech nos Estados Unidos. Ciochi acumula em seu currículo passagens por diversas empresas no país e no exterior, entre elas a Ford, Grupo AES e a Eletropaulo. Como Consultor, possui experiência em processos de mudanças impactantes nas organizações, como Fusões & Aquisições, Governança Corporativa, Change Management, Business Transformation, Estratégia Corporativa e Gerenciamento de Grandes Projetos.



EMAE – EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A.
COMPANHIA ABERTA
C.N.P.J Nº 02.302.101/0001-42
N.I.R.E. 35.3.001.532.4-3

Marcio Rea

- Graduado em Administração de Empresas. Desde janeiro de 2015 exerce o cargo de Diretor Administrativo da Companhia Energética de São Paulo – CESP; Secretário Adjunto na Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, de abril de 2014 a janeiro de 2015; Gerente da Coordenadoria Executiva da Presidência da Companhia Energética de São Paulo – CESP entre 2011 e 2014. Entre 2007 e 2011 foi Chefe da Assessoria de Comunicação / Relações Públicas na Secretaria dos Transportes. Na Secretaria de Energia e Saneamento foi Assessor de Comunicação entre 2003 e 2006. Na Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista – CTEEP foi Assessor da Diretoria Administrativa de 2000 a 2003.

Nelson Luiz Rodrigues Nucci

- 1975-1979 – EMPLASA, Superintendente Técnico para a área de Saneamento e Recursos Hídricos;
- 1979-1983 – Consultoria autônoma, especializada nas áreas de Engenharia Hidráulica e Sanitária para varias empresas públicas e privadas;
- 1983-1987 – SABESP, Diretor de Planejamento;
- 1983-1987 – membro do Conselho de Política Metropolitana da RMSP; membro do Conselho de Desenvolvimento do PLANEL, Plano de Desenvolvimento do Litoral Paulista;
- 1987 e diante – Diretor e Sócio da JNS Engenharia, Consultoria e Gerenciamento Ltda;
- 2007-2017 – membro do Conselho de Administração da EMAE.

b) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

i. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Os Conselheiros de Administração declaram que não há qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Conselho Fiscal

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF ou número do passaporte	Cargo eletivo	Data da eleição	Data da posse	Prazo do mandato	Eleito pelo controlador	Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Nº mandatos consecutivos
Tzung Shei Ue	21/04/1964	Economista	022.829.408-81	Conselheiro (efetivo)	26/04/2017		1 anos	Sim	Não possui	5
Alexandre Modonezi de Andrade	29/01/1972	Filósofo	248.441178-23	Conselheiro (efetivo)	26/04/2017		1 ano	Sim	Não possui	7
Fernanda Montenegro de Menezes Rizék	29/09/1982	Advogada	310.776.268-78	Conselheiro (efetivo)	26/04/2017		1 ano	Sim	Não possui	2
Luiz Antonio Carvalho Pacheco	17/03/1950	Administrador e Economista	302.840.408-78	Conselheiro (efetivo)	26/04/2017		1 ano	Sim	Não possui	2
Paola Sanchez Vallejo de Moraes Forjas	18/09/1977	Advogada	280.992.588-78	Conselheiro (suplente)	26/04/2017		1 ano	Sim	Não possui	2
Mário Manuel Seabra Rodrigues Bandeira	29/05/1952	Administrador de Empresas	668.848.108-15	Conselheiro (suplente)	26/04/2017		1 ano	Sim	Não possui	2
Abelardo Marcos Júnior	13/04/1957	Engenheiro	011.678.428-80	Conselheiro (suplente)	26/04/2017		1 ano	Sim	Não possui	4
Tomás Bruginski de Paula	04/03/1961	Economista	092.553.068-98	Conselheiro (suplente)	26/04/2017		1 ano	Sim	Não possui	7

b) Currículos:

Conselho Fiscal:

Tzung Shei Ue

- Economista formado pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho – UNESP. Desde maio/1993, exerce o cargo de ASSISTENTE TECNICO DA FAZENDA ESTADUAL II, lotado na Coordenação de Administração Financeira (CAF).
- Trabalhou na CPOS – CIA. PAULISTA DE OBRAS E SERVIÇOS (maio de 1992 a abril de 1993) no cargo de Gerente do Departamento de Orçamentos da Diretoria Financeira, responsável pela elaboração e gestão do Orçamento Empresarial,



EMAE – EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A.
COMPANHIA ABERTA
C.N.P.J Nº 02.302.101/0001-42
N.I.R.E. 35.3.001.532.4-3

previsão e execução orçamentária da Cia, gestões junto às Secretarias da Fazenda e do Planejamento e de outros órgãos públicos (clientes) para obtenção de recursos financeiros e venda de serviços e, anteriormente, na CDHU – CIA. DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DE SÃO PAULO (outubro de 1987 a abril de 1992) no cargo de Coordenador da Gerência de Financiamentos da Diretoria Financeira, responsável pelos estudos de viabilidade econômica-financeira de empreendimentos habitacionais, elaboração e controle do Orçamento de Investimentos, elaboração de plano de financiamento a mutuários e, captação de recursos junto a agentes do Sistema Financeiro Habitacional (Caixa Econômica Federal e Nossa Caixa Nosso Banco).

- Atuou em diversos conselhos, como: Membro do Conselho Consultivo do Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP); Conselheiro Fiscal da Cia de Seguros do Estado de São Paulo (COSESP); Membro do Conselho de Administração da São Paulo Previdência (SPPREV); Membro do Conselho Consultivo do Conselho do Patrimônio Imobiliário do Estado de São Paulo; e Conselheiro Fiscal da Cia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

Alexandre Modonezi de Andrade

- Formado em Filosofia pela Universidade Mackenzie e MBA em Gestão Estratégica e Econômica de Projetos pela Fundação Getúlio Vargas. Atualmente exerce o cargo de Superintendente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo – IPEM. Foi Chefe de Gabinete na Secretaria de Energia do Estado de São Paulo. De setembro/2009 a Dezembro/2010 atuou no Instituto de Pesos e Medidas de São Paulo – IPEM no cargo de Diretor Administrativo, e de Janeiro/2009 a Agosto/2009 no cargo de Coordenador da Controladoria e Planejamento de Subprefeitura. Na Subprefeitura da Vila Mariana – Prefeitura Municipal de São Paulo atuou no cargo de Subprefeito da Vila Mariana – de maio/2008 a janeiro/2009; no cargo de Chefe de Gabinete - março/2007 a maio/2008 e no cargo de Coordenador de Administração e Finanças – de maio/2006 a março/2007. Participou do Grupo Engebasa SA como Sócio Proprietário de fevereiro/2002 a março/2006 e também na Action Marketing Esportivo como Sócio-Proprietário – de novembro/1999 a dezembro/2001. Na Dexter Computadores e Serviços Ltda. atuou no cargo de Gerente Financeiro de julho/1995 a novembro de 1996.



EMAE – EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A.
COMPANHIA ABERTA
C.N.P.J Nº 02.302.101/0001-42
N.I.R.E. 35.3.001.532.4-3

Fernanda Montenegro de Menezes Rizek

- Graduada em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Colaboradora no Programa da Pós Graduação Lato Sensu da Universidade Presbiteriana Mackenzie: Especialização em Direito Empresarial. Foi Chefe de Gabinete da Secretaria de Ensino Superior do Governo do Estado de São Paulo, Assessora do Gabinete da Secretaria de Estado da Educação e da Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos - Gabinete do Governador. É Assessora do Gabinete da Secretaria de Energia do Estado de São Paulo. Atua na área de Direito, com ênfase em Direito Público.

Luiz Antonio Carvalho Pacheco

- Bacharel em Administração de Empresas e Economia pela Universidade Católica de São Paulo e Mestre em Políticas Públicas em Ciência e Tecnologia pela George Washington University – USA . Atualmente é Subsecretario de Gestão na Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo. Foi membro do Conselho Estadual de Petróleo e Gás e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Acumula longa experiência como executivo financeiro no setor privado. Na área publica foi Presidente da CDHU, Diretor Financeiro da PRODESP, Subprefeito de Santana/Tucuruvi e Presidente do Metrô.

Paola Sanchez Vallejo de Moraes Forjas

- Formação: Direito – Faculdades Metropolitanas Unidas FMU - 1995/1999, Pós Graduação Lato Sensu em Direito Público - Escola Superior do Ministério Público - 2006/2008 e Pós Graduação Lato Sensu em Marketing - Escola Superior de Propaganda e Marketing -2007/2009
- Desde jun/13 - Companhia Energética de São Paulo - Assessora Executiva, abril/ 2011 à junho/2013 - Secretaria de Energia do Estado de São Paulo - Assessora Técnica de Gabinete, junho/2007 à abril/2011 - Tubos Ebro Ltda. - Assistente de Diretoria, janeiro/2004 à dezembro/2006 - Complexo Jurídico Damásio de Jesus - Responsável pelo Departamento de Relações Nacionais e Internacionais e Assessora Direta da Presidência, setembro/1998 à agosto/2001 - Forjaz Neto Advocacia - Advocacia nas áreas cível, trabalhista e tributária e de junho/1997 à agosto/1998 - Maida Silvestri e Mônica Rezende Advogadas Associadas - Estágio na área jurídica - Área cível.



EMAE – EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A.
COMPANHIA ABERTA
C.N.P.J Nº 02.302.101/0001-42
N.I.R.E. 35.3.001.532.4-3

Mario Manuel Seabra Rodrigues Bandeira

- Formação: Administração de Empresa, extensão em Administração de Transportes Intermodais – FGV
- De abril/2015 até a presente data Secretaria de Planejamento e Gestão - Assessor do Secretário de Planejamento e Gestão, janeiro/2011 à fevereiro/2015 - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) - Diretor Presidente, maio/2009 à janeiro/2011 - Prodesp Tecnologia da Informação - Diretor Presidente, janeiro/2007 à abril/2009 - Secretaria de Gestão Pública - Coordenador do Programa de Redução de custos dos Serviços Públicos e do Comitê Gestor do Cadastro Integrado de Empresas Paulistas - Programa Estadual de Desburocratização, abril/2003 à dezembro/2006 - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
- (CPTM) - Diretor Presidente, abril/2002 à abril/2003 - Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo - Diretor de Controle Econômico e Financeiro, setembro/1999 à março/2002 - Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões dos Serviços Públicos do Estado de São Paulo - Coordenador Administrativo-Financeiro, janeiro/1995 à agosto/1999 - Departamento de Estradas de Rodagem (DER) - Assessor da Superintendência, junho/1993 a dezembro/1994 - Companhia do Metrô - Coordenador de implantação Programa 5S e Projeto de Qualidade, agosto/1991 a maio/1993 - Companhia Siderurgica Paulista - Coordenador de resstruturação da áreas de Finança e Controle, abril/1973 a julho/1991 - Companhia do Metrô - Chefe do Departamento de Custos e Auditor.

Abelardo Marcos Junior

- Coordenador do Grupo Setorial de Tecnologia da Informação e Comunicação desde agosto de 2003, foi assessor da Diretoria Administrativa e Financeira da CETESB - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental de abril de 1999 a agosto de 2003 e Engenheiro da CESP– Companhia Energética de São Paulo de junho de 1982 a março de 1999. Formação de Engenharia Civil pela Escola de Engenharia Mauá, com especialização em Gestão de Tecnologia da Informação (FIAP/SP), em Gestão de Negócios de Energia Elétrica (FGV/SP) e River and Dam Engineering (JICA/Japão).

Tomás Bruginski de Paula

- Economista formado pela Faculdade Católica de Administração e Economia – PR em 1982, com mestrado em economia pelo Instituto de Economia da Unicamp, 1989. Foi bolsista do Governo Italiano (IRI – 1988), do Conselho Britânico (jan-jun/1993), do CNPq (Universidade de Oxford – 1993/94), da JICA (jan-fev/1998). Foi Técnico Sênior, na área de economia do setor público, e



EMAE – EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A.
COMPANHIA ABERTA
C.N.P.J Nº 02.302.101/0001-42
N.I.R.E. 35.3.001.532.4-3

Coordenador de Projetos sobre financiamento de políticas públicas na FUNDAP (1985/2001); assessor da Presidência e Coordenador de projetos nas áreas fiscal e de infra-estrutura no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA – DF (1995/1998); Consultor da Secretaria Executiva do Ministério da Ciência e Tecnologia (2000/2002); Consultor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI (2003-2004). Foi Consultor, em diferentes momentos, da CEPAL, PNUD, IBAM, CGEE/MCT, IEDI, EBAPE-FGV-RJ, SEADE, ANEEL em trabalhos nas áreas de infra-estrutura e financiamento das políticas públicas. É Professor do Departamento de Economia da PUC/SP, onde entrou em 1986. Nos últimos cinco anos foi membro dos Conselhos Fiscais da CTEEP (2005-abr/2006-ago), da Nossa Caixa Mapfre Vida e Previdência (2006-abr/2009) e da CPETUR (desde março/2010). Desde setembro de 2004 é Diretor da Companhia Paulista de Parcerias – CPP, sociedade anônima controlada pelo Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria da Fazenda, cuja principal missão é apoiar, como empresa garantidora, o programa de Parcerias Público-Privadas do Estado de São Paulo. Foi membro do Conselho de Administração da CPP de abril a dezembro de 2006. Desde outubro de 2009 é Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores da CPSEC – Companhia Paulista de Securitização, sociedade anônima controlada pelo Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria da Fazenda.

c) descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

i. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Os Conselheiros de Fiscais declaram que não há qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM, condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Membros do Conselho de Administração (exercício 2016)	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
João Carlos de Souza Meirelles – Presidente	14	91,7%
Francisco Graziano Neto - Conselheiro (eleito por controlador)	14	91,7%
José Gregori - Conselheiro (eleito por controlador)	14	91,7%
Marcio Rea - Conselheiro (eleito por controlador)	14	91,7%
Alexsandro Peixe Campos - Conselheiro (eleito por controlador)	14	100%
Nanci Cortazzo Mendes Galuzio - Conselheiro (eleito por controlador)	14	100%
Nelson Luiz Rodrigues Nucci - Conselheiro (eleito por controlador)	14	91,7%
Luiz Carlos Ciocchi - Conselheiro (eleito por controlador)	14	100%
João Ruy Castelo Branco de Castro - Conselheiro (eleito preferencialista)	14	91,7%
Paulo César do Carmo - Conselheiro (representante dos empregados)	14	91,7%
Membros do Conselho Fiscal (exercício 2016)	Total de reuniões realizadas pelo respectivo órgão desde a posse	% de participação do membro nas reuniões realizadas após a posse
Efetivo	12	100%
Tzung Shei Ue (eleito por controlador)	12	100%
Alexandre Modonezi de Andrade (eleito por controlador)	12	100%
Luiz Antonio Carvalho Pacheco (eleito por controlador)	12	100%
Fernanda M. de M. Rizek (eleito por controlador)	12	100%
João Vicente Amato Torres (eleito preferencialista)	12	100%

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não se aplica.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administradores do emissor



EMAE – EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA
S.A.
COMPANHIA ABERTA
C.N.P.J N° 02.302.101/0001-42
N.I.R.E. 35.3.001.532.4-3

b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não aplicável, por não existir relação conjugal, união estável ou grau de parentesco até o segundo grau entre administradores da Empresa, controladas e controladores.



EMAE – EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A.
 COMPANHIA ABERTA
 C.N.P.J Nº 02.302.101/0001-42
 N.I.R.E. 35.3.001.532.4-3

12.10. Informações sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores e conselheiros fiscais da companhia e:

- a) sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social:
- b) controlador direto ou indireto da companhia:

EXERCÍCIO 2016

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Cargo/Função	Pessoa Relacionada	CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Marcio Rea	060.294.818-51	Diretor Administrativo	CESP – Companhia Energética de São Paulo	60.933.603/0001-78	Subordinação	Controlador Direto

EXERCÍCIO 2015

Conselho de Administração

Identificação	CPF/CNPJ	Cargo/Função	Pessoa Relacionada	CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Marcio Rea	060.294.818-51	Secretário Adjunto	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	96.480.850/0002-94	Subordinação	Controlador Direto
		Diretor Administrativo	CESP – Companhia Energética de São Paulo	60.933.603/0001-78	Subordinação	Controlador Direto



EMAE – EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A.
 COMPANHIA ABERTA
 C.N.P.J Nº 02.302.101/0001-42
 N.I.R.E. 35.3.001.532.4-3

Diretoria

Identificação	CPF/CNPJ	Cargo/Função	Pessoa Relacionada	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Jean Cesare Negri	007.482.398-12	Especialista do Departamento de Planejamento e Operação	CESP - Companhia Energética de São Paulo	60.933.603/0001-78	Subordinação	Controlador Direto

EXERCÍCIO 2014

Diretoria

Identificação	CPF/CNPJ	Cargo/Função	Pessoa Relacionada	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Jean Cesare Negri	007.482.398-12	Conselheiro do Conselho de Orientação de Energia	ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo	02.538.438/0001-53	Subordinação	Controlador Direto
		Assessor técnico da SABESP	SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	43.776.517/0001-80	Subordinação	Controlador Direto
		Especialista do Departamento de Planejamento e Operação da Cesp	CESP - Companhia Energética de São Paulo	60.933.603/0001-78	Subordinação	Controlador Direto

c) dados de fornecedor, cliente, devedor ou credor relevantes da companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas:

Não há influência relevante de fornecedor, cliente, devedor ou credor no âmbito na companhia.

VI. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL, CONFORME ARTIGO 13 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A remuneração dos administradores da EMAE (conselheiros e diretores) e membros do Conselho Fiscal é estabelecida de acordo com as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, acionista controlador da Companhia, por meio do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, e estão sujeitas à aprovação em assembleia geral.

A remuneração dos administradores leva em conta suas responsabilidades, tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. Com a utilização de paradigmas de gestão privada e de governança corporativa. Por outro lado, são observadas, na fixação da remuneração dos Diretores estatutários, as limitações legais decorrentes do teto fixado para o Governador do Estado. Excetua-se deste teto, a remuneração de Diretor eleito e que seja empregado da EMAE, o qual poderá optar pela remuneração do Plano de Cargos e Salários da Companhia.

Estabelecida à remuneração dos Diretores estatutários, conforme política e prática acima descrita, a remuneração dos conselheiros é fixada em percentuais sobre a remuneração destes diretores, sendo 30% para membros do Conselho de Administração e 20% para membros do Conselho Fiscal.

Conforme comentado, a Diretoria Executiva pode ser composta por diretores estatutários e não estatutários (empregados). Os diretores estatutários tem sua remuneração composta de honorários, bônus, abono anual (13º salário), adicional de 1/3 sobre os honorários a título de férias e benefícios. O diretor não estatutário pode optar por manter os vencimentos previstos na estrutura salarial da Companhia, sendo sua remuneração composta de salário, gratificação de função, gratificação de férias prevista em Acordo Coletivo, Gratificação de Natal (13º salário) e participação nos resultados (PRR).

Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal têm a remuneração composta de honorários e Gratificação anual.

b. composição da remuneração, indicando:

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.**

- Remuneração fixa: honorários mensais aplicáveis aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva.

Os objetivos são reconhecer e refletir o valor do cargo internamente (empresa) e externamente (mercado de trabalho) em consonância com as diretrizes do Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC.

- Bônus: aplicáveis aos diretores estatutários

O objetivo é remunerar os diretores estatutários pelo resultado e distribuição de dividendos aos acionistas, ainda que sob a forma de juros sobre capital próprio. A distribuição de bônus é limitada a 6 (seis) vezes o valor da remuneração mensal e a 10% do montante total dos dividendos ou juros sobre capital próprio pagos pela Companhia, prevalecendo o que for menor.

- Participação nos resultados (PRR): aplicáveis somente ao empregado que ocupe função de Diretor quando este fizer opção pelos vencimentos da estrutura salarial da Companhia, conforme item 13.1 a.

A PRR é estruturada em um conjunto de metas a serem atingidas pelos empregados durante o ano. Os valores relacionados a esse programa são distribuídos após apuradas as metas e submetidas à aprovação final do Conselho de Administração, sendo depois encaminhado para conhecimento do CODEC.

- Gratificação anual: aplicável aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Estatutária.

Trata-se do pagamento de uma gratificação equivalente a um honorário mensal, calculado pro rata temporis, no mês de dezembro de cada ano, com o objetivo de estabelecer similaridade com o décimo terceiro salário do regime trabalhista, uma vez que o vínculo mantido com os membros do Conselho de Administração, Fiscal e Diretoria Estatutária, é de natureza estatutária. No caso de diretor não estatutário, optante pela estrutura salarial da Companhia, este recebe o décimo terceiro salário na mesma época dos demais empregados.

- Benefícios: aplicáveis somente à Diretoria Executiva.

Sendo concedido aos diretores estatutários vale refeição, assistência médica hospitalar e odontológica e descanso anual de 30 dias corridos (com característica de licença remunerada), com pagamento de adicional correspondente a um terço dos honorários mensais. Os benefícios concedidos aos diretores não estatutários são os previstos em Acordo Coletivo de Trabalho.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total.

	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretores Estatutários	Diretores não Estatutários
Remuneração fixa/Grat. Anual	100,00 %	100,00%	64,45%	88,61 %
Bônus (*)	N/A	N/A	29,74%	N/A
Participação no resultados	N/A	N/A	N/A	3,99%
Benefícios	N/A	N/A	5,81%	7,40%
Total	100,00	100,00%	100,00	100,00

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

Compete ao CODEC orientar o voto do Estado, acionista majoritário, nas assembleias que fixam o montante da remuneração dos administradores estatutários e dos conselheiros fiscais, bem como, definem os benefícios de qualquer natureza. No caso de diretor não estatutário, o reajuste está submetido aos ditames previstos na CLT e nos Acordos Coletivos de Trabalho firmados com as Entidades Representativas dos Trabalhadores (Sindicatos), quando opta por esse regime.

iv. razões que justificam a composição da remuneração.

A adoção é justificada pela valorização profissional dos diretores, que se traduz em fortalecimento da governança corporativa da empresa, incentivando o bom desempenho pessoal e valorizando suas responsabilidades, tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

A atuação dos conselheiros de administração pressupõe mobilização permanente para acompanhar as atividades da companhia e entender o mercado em que ela se insere. Com o avanço do conceito de governança corporativa, é exigida participação ativa e propositiva em relação aos negócios sociais.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existem membros nesta condição

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração.

Para estabelecimento da remuneração fixa e do abono anual, o CODEC leva em consideração a responsabilidade, competência, reputação profissional, o tempo dedicado ao exercício das funções e o valor dos serviços no mercado.

As condições para determinação do valor do bônus aos diretores estatutários são a apuração de lucro e a distribuição de dividendos obrigatórios aos acionistas.

As condições para determinação do valor da participação nos resultados aos diretores não estatutários estão ligados diretamente no atingimento de metas definidas com as entidades representativas (sindicatos) dos empregados. Compete ao CODEC, acompanhar as metas propostas.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho.

A remuneração fixa é estabelecida pelo Acionista Órgão Controlador, baseando-se em valores de mercado e é igual para todo corpo diretivo estatutário. A remuneração variável é baseada no conceito de participação nos resultados, para o qual são definidas metas para o desempenho da Empresa, cujo atingimento resulta em prêmio, dentro dos limites estabelecidos para cada programa, tanto para os diretores estatutários como para os não estatutários. Não existem metas individuais.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

A política de remuneração se alinha aos interesses da Companhia na medida em que propicia o recrutamento e a manutenção de profissionais externos ao respectivo quadro de pessoal, dotados de competência, experiência e motivação necessários ao exercício da função diretiva, com reflexos no desempenho empresarial da Companhia.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Não houve remuneração suportada por subsidiária.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

Não aplicável.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2017- Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	15,00	4,00	5,00	24,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	1.204.515,00	1.098.130,59	267.670,00	2.570.315,59
Benefícios direto e indireto	0,00	93.186,24	0,00	93.186,24
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	240.903,00	307.476,56	53.534,00	601.913,56
Descrição de outras remunerações fixas	INSS EMPREGADOR	INSS/FGTS EMPREGADOR	INSS EMPREGADOR	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	632.524,80	0,00	632.524,80
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS/FGTS EMPREGADOR.		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 01/2017. O percentual de encargos de INSS Empregador é de 20%.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 01/2017. Os benefícios lançados são relativos à Assistência Médica e Vale Refeição. O percentual de encargos de INSS e FGTS empregador é de 28%.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 01/2017. O percentual de encargos de INSS empregador é de 20%.	
Total da remuneração	1.445.418,00	2.131.318,19	321.204,00	3.897.940,19

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	10,42	3	5,00	18,42
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	836.468,75	803.010,00	253.943,95	1.893.422,70
Benefícios direto e indireto	0,00	93.186,24	0,00	93.186,24
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	167.293,75	224.842,80	50.788,79	442.925,34
Descrição de outras remunerações fixas	INSS EMPREGADOR	INSS/FGTS EMPREGADOR	INSS EMPREGADOR	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	276.729,60	0,00	276.729,60
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		INSS/FGTS EMPREGADOR		
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2016. O percentual de encargos de INSS Empregador é de 20%.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2016. Os benefícios lançados são relativos à Assistência Médica e Vale Refeição. O percentual de encargos de INSS e FGTS empregador é de 28%.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado CVM/SEP nº 02/2016. O percentual de encargos de INSS empregador é de 20%.	
Total da remuneração	1.003.762,50	1.397.768,64	304.732,74	2.706.263,88

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2015 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	11,42	1,92	5,00	18,34
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	916.769,75	480.090,16	267.326,83	1.664.186,74
Benefícios direto e indireto	0,00	92.050,16	0,00	92.050,16
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	183.353,95	134.425,24	53.465,37	371.244,56
Descrição de outras remunerações fixas	INSS EMPREGADOR	INSS/FGTS EMPREGADOR	INSS EMPREGADOR	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2016. O percentual de encargos de INSS Empregador é de 20%.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2016. Os benefícios lançados são relativos à Assistência Médica e Vale Refeição. O percentual de encargos de INSS e FGTS empregador é de 28%.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado CVM/SEP nº 02/2016. O percentual de encargos de INSS empregador é de 20%.	
Total da remuneração	1.100.123,70	706.565,56	320.792,20	2.127.481,46

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	12,08	2,08	5,00	19,16
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	916.769,75	558.605,14	267.670,00	1.743.044,89
Benefícios direto e indireto	0,00	59.381,97	0,00	59.381,97
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	183.353,95	156.409,44	53.534,00	393.297,39
Descrição de outras remunerações fixas	INSS EMPREGADOR	INSS/FGTS empregador	INSS EMPREGADOR	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2015. O percentual de encargos de INSS Empregador é de 20%.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2015. Os benefícios lançados são relativos à Assistência Médica e Vale Refeição. O percentual de encargos de INSS e FGTS empregador é de 28%.	Os números de membros de cada órgão foram apurados de acordo com o especificado no Ofício Circular CVM/SEP nº 02/2015. O percentual de encargos de INSS empregador é de 20%.	
Total da remuneração	1.100.123,70	774.396,55	321.204,00	2.195.724,25

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

(Valores em R\$)				
Remuneração variável prevista para o exercício social corrente 2017 - valores anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	15	4	5	24
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	632.524,80	N/A	632.524,80
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	632.524,80	N/A	632.524,80
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

- O Bônus é devido desde que a companhia efetivamente apure lucro e distribua aos acionistas o dividendo obrigatório.
- O valor anual do Bônus não pode ultrapassar seis vezes a remuneração mensal da Diretoria, nem 10% do montante total dos dividendos ou juros sobre o capital próprio pago pela companhia, prevalecendo o que for menor, mesmo se superadas as metas.
- A partir de 2012 o conselho de administração deixou de fazer jus ao Bônus anual destinado a Administração.

(Valores em R\$)

Remuneração variável - exercício social corrente 2016 - valores anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	10,42	3	5	18,42
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	474.393,60	N/A	474.393,60
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	474.393,60	N/A	474.393,60
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

- O Bônus é devido desde que a companhia efetivamente apure lucro e distribua aos acionistas o dividendo obrigatório.
- O valor anual do Bônus não pode ultrapassar seis vezes a remuneração mensal da Diretoria, nem 10% do montante total dos dividendos ou juros sobre o capital próprio pago pela companhia, prevalecendo o que for menor, mesmo se superadas as metas.
- A partir de 2012 o conselho de administração deixou de fazer jus ao Bônus anual destinado a Administração.

(Valores em R\$)

Remuneração variável - exercício social corrente 2015 - valores anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	11,42	1,92	5	18,34
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	0,00	N/A	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

- O Bônus é devido desde que a companhia efetivamente apure lucro e distribua aos acionistas o dividendo obrigatório.
- O valor anual do Bônus não pode ultrapassar seis vezes a remuneração mensal da Diretoria, nem 10% do montante total dos dividendos ou juros sobre o capital próprio pago pela companhia, prevalecendo o que for menor, mesmo se superadas as metas.
- A partir de 2012 o conselho de administração deixou de fazer jus ao Bônus anual destinado a Administração.

(Valores em R\$)

Remuneração variável - exercício social corrente 2014 - valores anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	12,08	2,08	5	19,16
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	0,00	N/A	0,00
Valor efetivamente reconhecido	N/A	0,00	N/A	0,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

- O Bônus é devido desde que a companhia efetivamente apure lucro e distribua aos acionistas o dividendo obrigatório.
- O valor anual do Bônus não pode ultrapassar seis vezes a remuneração mensal da Diretoria, nem 10% do montante total dos dividendos ou juros sobre o capital próprio pago pela companhia, prevalecendo o que for menor, mesmo se superadas as metas.
- A partir de 2012 o conselho de administração deixou de fazer jus ao Bônus anual destinado a Administração.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

Não há remuneração baseada em ações.

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Remuneração baseada em ações prevista para o exercício social corrente (2017)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	15	4
Nº de membros remunerados	-	-
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	-

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,42	3
Nº de membros remunerados	-	-
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	-

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11,42	1,92
Nº de membros remunerados	-	-
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	-

Remuneração baseada em ações - exercício social encerrado em 31/12/2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	12,08	2,08
Nº de membros remunerados	-	-
Preço médio ponderado de exercício:	-	-
(a) Das opções em aberto no início do exercício social	-	-
(b) Das opções perdidas durante o exercício social	-	-
(c) Das opções exercidas durante o exercício social	-	-
(d) Das opções expiradas durante o exercício social	-	-
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	-	-

Para cada outorga que é reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e do exercício social corrente

2017

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	-	-
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-

Para cada outorga que é reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e do exercício social corrente

2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	-	-
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-

Para cada outorga que é reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e do exercício social corrente

2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	-	-
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-

Para cada outorga que é reconhecida no resultado dos 3 (três) últimos exercícios sociais e do exercício social corrente

2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Outorga de opções de compras de ações	-	-
Data de outorga	-	-
Quantidade de opções outorgadas	-	-
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Valor justo das opções na data da outorga	-	-

13.6 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não há remuneração baseada em ações.

Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,42	3
Nº de membros remunerados	0	0
Opções ainda não exercíveis	-	-
Quantidade	-	-
Data em que se tornarão exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Opções exercíveis	-	-
Quantidade	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11,42	1,92
Nº de membros remunerados	0	0
Opções ainda não exercíveis	-	-
Quantidade	-	-
Data em que se tornarão exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Opções exercíveis	-	-
Quantidade	-	-

Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	12,08	2,08
Nº de membros remunerados	0	0
Opções ainda não exercíveis	-	-
Quantidade	-	-
Data em que se tornarão exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Opções exercíveis	-	-
Quantidade	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-

13.7 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não há opções de ações.

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2016

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	10,42	3
Nº de membros remunerados	0	0

Opções ainda não exercíveis	-	-
Quantidade	-	-
Data em que se tornarão exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Opções exercíveis	-	-
Quantidade	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-

Opções em aberto ao final do exercício social encerrado em 31/12/2015

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	11,42	1,92
Nº de membros remunerados	0	0
Opções ainda não exercíveis	-	-
Quantidade	-	-
Data em que se tornarão exercíveis	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Opções exercíveis	-	-
Quantidade	-	-
Prazo máximo para exercício das opções	-	-
Prazo de restrição à transferência das ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Valor justo das opções no último dia do exercício social	-	-
Valor justo do total das opções no último dia do exercício social	-	-

Opções exercidas - exercício social encerrado em 31/12/2014

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	12,08	2,08
Nº de membros remunerados	0	0
Opções exercidas	-	-
Número de ações	-	-
Preço médio ponderado de exercício	-	-
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	-	-
Ações entregues	-	-
Número de ações entregues	-	-
Preço médio ponderado de aquisição	-	-
Diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	-	-

13.8. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não há remuneração baseada em ações.

- | | |
|--|-----|
| a. modelo de precificação | n/a |
| b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco | n/a |
| a. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado | n/a |
| b. forma de determinação da volatilidade esperada | n/a |
| c. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo | n/a |

13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Conselho de Administração – 7 ações preferenciais.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A empresa não oferece plano de previdência para os diretores estatutários ou membros dos conselhos.

a. órgão

Não aplicável

b. número de membros

Não aplicável

c. nome do plano

Não aplicável

d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar

Não aplicável

e. condições para se aposentar antecipadamente

Não aplicável

f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Não aplicável

g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores

Não aplicável

h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não aplicável

a. órgão	Não aplicável
b. número de membros	Não aplicável
c. nome do plano	Não aplicável
d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	Não aplicável
e. condições para se aposentar antecipadamente	Não aplicável



EMAE – EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A.
COMPANHIA ABERTA
C.N.P.J N° 02.302.101/0001-42
N.I.R.E. 35.3.001.532.4-3

f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não aplicável
g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não aplicável
h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não aplicável

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Nº de membros	3,00	1,92	2,08	10,42	11,42	12,08	5,00	5,00	5,00
Valor da maior remuneração(Reais)	372.776,81	382.321,55	382.321,55	96.361,20	96.361,20	96.361,20	64.240,80	64.240,80	64.240,80
Valor da menor remuneração(Reais)	372.776,81	372.308,58	372.308,58	96.361,20	96.361,20	96.361,20	64.240,80	64.240,80	64.240,80
Valor médio da remuneração(Reais)	372.776,81	372.306,03	372.306,03	96.361,20	96.361,20	91.069,84	64.240,80	64.240,80	64.240,80

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2016	Os valores se equivalem, pois os membros da Diretoria Estatutária tem a mesma remuneração individual. Para a determinação dos valores de máximo e mínimo foi excluída a remuneração dos membros que não exerceram suas funções nos 12 meses do ano.
31/12/2015	Os valores se equivalem, pois os membros da Diretoria Estatutária tem a mesma remuneração individual. Para a determinação dos valores de máximo e mínimo foi excluída a remuneração dos membros que não exerceram suas funções nos 12 meses do ano.
31/12/2014	Os valores se equivalem, pois os membros da Diretoria Estatutária tem a mesma remuneração individual. Para a determinação dos valores de máximo e mínimo foi excluída a remuneração dos membros que não exerceram suas funções nos 12 meses do ano.
Conselho de Administração	
31/12/2016	Os valores se equivalem, pois os membros do Conselho de Administração tem a mesma remuneração individual. Para a determinação dos valores de máximo e mínimo foi excluída a remuneração dos membros que não exerceram suas funções nos 12 meses do ano.
31/12/2015	Os valores se equivalem, pois os membros do Conselho de Administração tem a mesma remuneração individual. Para a determinação dos valores de máximo e mínimo foi excluída a remuneração dos membros que não exerceram suas funções nos 12 meses do ano.
31/12/2014	Os valores se equivalem, pois os membros do Conselho de Administração tem a mesma remuneração individual. Para a determinação dos valores de máximo e mínimo foi excluída a remuneração dos membros que não exerceram suas funções nos 12 meses do ano.
Conselho Fiscal	
31/12/2016	Os valores se equivalem, pois os membros do Conselho Fiscal tem a mesma remuneração individual. Para a determinação dos valores de máximo e mínimo foi excluída a remuneração dos membros que não exerceram suas funções nos 12 meses do ano.
31/12/2015	Os valores se equivalem, pois os membros do Conselho Fiscal tem a mesma remuneração individual. Para a determinação dos valores de máximo e mínimo foi excluída a remuneração dos membros que não exerceram suas funções nos 12 meses do ano.
31/12/2014	Os valores se equivalem, pois os membros do Conselho Fiscal tem a mesma remuneração individual. Para a determinação dos valores de máximo e mínimo foi excluída a remuneração dos membros que não exerceram suas funções nos 12 meses do ano.

13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há mecanismos de remuneração ou indenização. Após cessação do exercício dos cargos de Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal não há nenhum benefício para os ocupantes desses cargos.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

	2016	2015	2014
Conselho de Administração	80,80%	82,49%	83,33%
Diretores Estatutários	N/A	N/A	N/A
Conselho Fiscal	80,00%	80,00%	80,00%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não houve remuneração a quaisquer dos membros fora da função que ocupam.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não há Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações julgadas relevantes.